



GRUPO DE MULHERES RAÍZES DO CERRADO: TRABALHO, LUTAS E SABERES

ANA CLÁUDIA DE CAMPOS¹

MARIA APARECIDA REZENDE²

Resumo: O texto tem por objetivo reconhecer a igualdade de gênero e a valorização do trabalho feminino, atraindo as contribuições do feminismo comunitário para a formulação do que é o sistema de gênero e o patriarcado na América Latina, e parte da compreensão de que a vivência e a experiência das mulheres negras camponesas são fundamentais para a construção de saberes e práticas que promovem a sustentabilidade e a resistência frente às diversas formas de opressão. À luz da fenomenologia merleau-pontyana, entrevistamos cinco integrantes do Grupo de Mulheres Raízes do Cerrado e acompanhamos de perto o trabalho e outras atividades realizadas pelo coletivo. Apesar da sobrecarga, essas mulheres ensinam a relevância de um trabalho comprometido com agroecologia, economia solidária e preservação do cerrado. Atuam de modo coletivo, uma dando força para a outra, num diálogo profícuo entre elas, vão alcançando a consciência crítica de si e do mundo.

Palavras-chave: mulheres negras camponesas; extrativismo do cumbaru; emancipação; feminismo comunitário; gênero.

ROOTS OF CERRADO WOMEN'S GROUP: WORK, STRUGGLES AND KNOWLEDGE

Abstract: The theme studied, “Group of Women and Roots of the Cerrado,” aims to recognize gender equality and the valorization of women’s work, attracting contributions from community feminism to formulate what the gender system and patriarchy are in Latin America, and is based on the understanding that the experiences of black peasant women are fundamental to the construction of knowledge and practices that promote sustainability and resistance in the face of various forms of oppression. In light of Merleau-Ponty’s phenomenology, we interviewed five members of the Group of Women Roots of the Cerrado and closely monitored the work and other activities carried out by the collective. Despite the overload, these women teach the relevance of work committed to agroecology, solidarity economy, and preservation of the Cerrado. They act collectively, one supporting the other, in a fruitful dialogue between them, gradually achieving critical awareness of themselves and the world.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora de Educação Básica. Membro do Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais em Educação – GPMSE e do Grupo de Estudos Educação & Merleau-Ponty – GEMPO. E-mail: n.claudiacat@hotmail.com

² Doutora em Educação e professora no Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE na Universidade Federal do Mato Grosso. É membro do Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais em Educação – GPMSE e do Grupo de Estudos Educação & Merleau-Ponty – GEMPO. E-mail: rezemelo@gmail.com

Keywords: black peasant women; cumbaru extraction; emancipation; community feminism; gender.

Introdução

A vivência e a experiência fazem parte do nosso universo corpóreo. De maneira simples, mas não inferior, apoiamo-nos na esteira Merleau-Pontyana de que a vivência abrange a totalidade da nossa existência. Esse conceito está conectado por nossas relações, tanto com os outros quanto com o mundo, nos contextos sociais, históricos e culturais. É nessa integração que temos nossos sentimentos, memórias, emoções, enfim, nosso modo de ser e viver.

Este artigo visibiliza as práticas, desejos, sonhos, e experiências enraizadas no viver e no conviver das mulheres negras camponesas integrantes do Grupo de Mulheres Raízes do Cerrado - organização coletiva de mulheres do campo para estudo, geração, acesso e incremento da renda de modo sustentável/agroecológico, além do acolhimento, cuidado, proteção e superação das diversas formas de violência vividas cotidianamente por cada uma de nós.

Neste escopo, o objetivo principal deste texto é reconhecer a igualdade de gênero e a valorização do trabalho feminino, atraindo as contribuições do feminismo comunitário para a formulação do que é o sistema de gênero e o patriarcado na América Latina. O grupo de mulheres é representado por 33 mulheres de comunidades tradicionais da região da Morraria, do município de Nossa Senhora do Livramento-MT, sendo: sete da Cachoeirinha, três do Carrapatinho, 11 do Buriti do Atalho, duas do Chico Leite e 10 do Buriti Grande. Somos mulheres negras, camponesas, com mais de 30 anos, casadas e algumas têm filhos/as e netos/as.

A criação oficial do grupo data de 09 de maio de 2017, sendo que, antes disso, já buscávamos uma mobilização, participação e formação, principalmente por meio dos trabalhos desenvolvidos há muitos anos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) com mulheres de diversas comunidades de Nossa Senhora do Livramento. A participação ativa nesses movimentos levou-nos a despertar para a necessidade de criação do grupo. O sonho de se reconhecerem, gerarem renda e serem vistas e ouvidas levou essas mulheres a afirmarem que eram fortes e resistentes como as raízes das árvores do cerrado. Por isso, a escolha do nome. Desde então, o grupo tem se aprofundado nos processos de auto-organização, e atraído mais parceiros e parceiras do

campo popular para potencializar o trabalho coletivo.

Partimos da compreensão de que a vivência e a experiência das mulheres negras camponesas são fundamentais para a construção de saberes e práticas que promovem a sustentabilidade e a resistência frente às diversas formas de opressão. Assim, a relevância deste estudo está na sua capacidade de trazer à tona as vozes e as histórias das mulheres negras camponesas, frequentemente marginalizadas nas narrativas acadêmicas e sociais. Ao expor as práticas, desejos, sonhos, valores e experiências dessas mulheres, a pesquisa contribui para a valorização de suas artes e saberes, e para a construção de um conhecimento mais justo e equitativo.

Organizamos o texto da seguinte forma: na primeira parte apresentamos o método fenomenológico e os caminhos da pesquisa e, a partir dele, refletimos sobre a centralidade do trabalho como meio de emancipação e coletividade. Em seguida, ainda que brevemente, trazemos o feminismo comunitário que, em nosso entender, é o que mais se aproxima do nosso cotidiano, modo de ser e viver por nós mulheres negras camponesas do cerrado mato-grossense. Por fim, as considerações finais com uma síntese dos achados da pesquisa. Em razão das características metodológicas e da intencionalidade da pesquisa, alternamos o pronome de tratamento (*nós, elas*). Há de destacar que as autoras, a um só tempo, narram, investigam e vivenciam a pesquisa, genuinamente integrada ao contexto e a certas passagens descritas (ou, na linguagem da pesquisa, por assim dizer, integra-se aos dados de estudo), por isso, a opção por usar (ou alternar) os dois pronomes na escrita do texto. Além disso, algumas de nós mulheres negras da pesquisa nos tornamos professoras, como é o meu caso. Sou professora por 60 horas semanais, mas continuo firme neste trabalho de emancipação junto com minhas parceiras de grupo de trabalho.

Vivências e percepções corporais: a fenomenologia Merleau-Pontyana no mundo vivido das mulheres negras camponesas

Por meio da fenomenologia Merleau-Pontyana, refletimos sobre o universo do trabalho feminino, saberes, lutas e suas artes. Merleau-Ponty, em suas diversas obras, vai discutir o mundo, a vivência e a experiência. Para o filósofo, o mundo está entrelaçado às nossas percepções de mundo, que se dão por meio do corpo. “O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (Merleau-Ponty, 2006, p. 06). O mundo, portanto, é aquilo que eu vivo, estou aberta a ele, e nisso, as perguntas que

acompanharam a pesquisa estão relacionadas à um conjunto de inquietações que vem se desdobrando ao longo dos anos no que tange ao trabalho da mulher negra camponesa e mostram o tamanho da ferida que se vem abrindo no dia a dia dessa problemática. Muitas de nós, mulheres negras camponesas participantes desta pesquisa, não tivemos a oportunidade de frequentar a escola quando crianças, mas possuímos uma gama de aprendizados importantes, considerando nossas sobrevivências, os cuidados conosco, com a terra e com o cerrado. E como foi que aprendemos isso? Quem cuida de nós? Por que a mulher negra e camponesa é invisibilizada e desvalorizada em seu árduo trabalho?

Para Merleau-Ponty (1999), a experiência vivida é uma forma de conhecimento. Assim, somos nós mesmas, mulheres negras camponesas, que investigamos e interpretamos nossa própria realidade. Uma das autoras deste texto é moradora da comunidade e integrante do Grupo de Mulheres Raízes do Cerrado. Ser mulher, camponesa, negra, extrativista e pobre, entre tantas outras interseccionalidade que nos atravessam, revela o quão desafiador é sobreviver em um país capitalista, racista, colonialista, patriarcal e machista. Este desafio foi evidenciado na pesquisa de mestrado desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, defendida em 2024, da qual originou este artigo. Nela, investigamos os modos de vida de mulheres negras camponesas, estudantes e professoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que integram o coletivo de mulheres do cerrado. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.º 65434822.0.0000.5690, seguindo todas as orientações éticas conforme as resoluções 466/12 e 510/16 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Entrevistamos cinco mulheres negras camponesas, integrantes do grupo Raízes do Cerrado. A seleção das participantes ocorreu em uma Assembleia Geral, com o critério de inclusão sendo a escolha de uma liderança de cada comunidade. Além das entrevistas, por ser uma das mulheres participantes da pesquisa, foi possível acompanhar de perto o trabalho e outras atividades realizadas pelas mulheres nos meses de julho e agosto de 2023. Nossa imersão nos movimentos sociais, no muxirum, extrativismo do cumbaru, confecção de redes, tapetes, biscoitos, entre outras atividades do grupo, ao lado dessas mulheres, revelou-se fundamental. Estar com elas, nesse momento enquanto pesquisadora, em cada comunidade trabalhada, já que faço parte da comunidade Cachoeirinha foi de suma importância, do contrário, como iríamos descrever o fenômeno

sem passar pelo sentir do corpo? Merleau-Ponty (2006) nos ensina que o conhecimento verdadeiro de um fenômeno só pode ser alcançado através da vivência direta e da experiência sensorial do corpo. Estar presente no cotidiano de cada realidade, observar e participar das práticas, permitiu-nos sentir e compreender um pouco das nuances e significados que permeiam os trabalhos realizados por cada participante da pesquisa.

A experiência de estar com essas mulheres foi mais do que uma simples observação; foi um mergulho na intersubjetividade que Merleau-Ponty tanto valoriza. Através da convivência e da partilha pudemos capturar as percepções e sentimentos que emergem do contato direto com a natureza e o trabalho manual. A vivência corporal no ambiente do Cerrado, sentindo o calor, o esforço físico, o aroma das sementes de cumbaru, a trama dos fios, a diversidade dos quintais e a cumplicidade entre as trabalhadoras, foi essencial para descrever o fenômeno de maneira autêntica e sensível. O corpo, na fenomenologia Merleau-Pontyana, é o meio pelo qual nos relacionamos com o mundo e os outros. Portanto, nossa presença física e envolvimento direto foram indispensáveis para apreender a essência desse fenômeno e visibilizar as vozes, experiências e perspectivas dessas mulheres.

O trabalho como elemento de emancipação e coletividade

A ação inicial do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado, em 2017, foi a criação de um viveiro de mudas de árvores do cerrado para a recuperação de áreas degradadas, às margens dos córregos da comunidade Cachoeirinha, visando a posterior comercialização. Essa produção em grupo ou produção associada é considerada como um modo de “organização historicamente construída pelos seres humanos envolvendo as relações sociais, econômicas e culturais permitindo que trabalhadoras e/ou trabalhadores produzam sua existência de forma livre, coletiva, solidária e autogestionária” (Caetano; Monlevade, 2017, p. 224). Essa iniciativa não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também fortalece a autonomia e a união das mulheres da comunidade, criando uma rede de apoio mútuo e fortalecimento socioeconômico.

Para obter renda com maior celeridade, o grupo começou a se organizar, arrecadando fundos com a produção e comercialização de biscoitos de polvilho, dentro da própria comunidade, levados para vender na escola ou em espaços de reuniões que participavam em outros eventos regionais. Para a compra dos primeiros ingredientes para fazer os biscoitos, cada uma doou o que podia e a produção era realizada em nossas casas

com empolgação e alegria, pois o trabalho era regado por muitas histórias e risadas, além dos aprendizados. Compreendemos, então, que era bom trabalhar em mutirão, em trabalho coletivo, voluntário. E isso aconteceu de forma rotativa para que todas pudessem ter a oportunidade de receber em suas casas as companheiras do grupo.

Em 2018, passamos a nos reunir no barracão da Associação da comunidade Cachoeirinha em Nossa Senhora do Livramento, MT. De 2020 em diante, cada grupo se reúne na sua comunidade, sempre às quintas-feiras. Os biscoitos de polvilho continuam liderando a produção, mas agora são enriquecidos com farinhas de cumbaru e babaçu, vegetais que entraram em nossas vidas como elemento novo para nossas produções. Outra atividade importante é a produção de tapetes de crochê. Entre conversas, casos alegres ou tristes, os fios vão sendo trançados, transformando em arte, tomando forma de algo e, ao final, como um quadro de uma pintura, ele se mostra no desenho desejado. Sendo a fotografia um texto visual e colorido, percebe-se a alegria do trabalho, o carinho expresso no abraço forte como que trocando energias amorosas e fortalecendo os laços do companheirismo, pois estamos no mesmo barco, melhor remá-lo no coletivo do que cada uma remar o seu. A figura 01 mostra o encontro do grupo no ano de 2017.

Figura 01- Mulheres do Grupo Raízes do Cerrado confeccionando tapetes de crochê



Fonte: arquivo da CPT/MT (2017).

Outro ponto em que percebemos a emancipação das mulheres foi com *muxirum* (ou *mutirão*), que consistem em encontros comunitários em que homens e mulheres se reúnem para realizar tarefas coletivas importantes para a comunidade. Essas atividades reforçam a cooperação e a solidariedade entre os membros da comunidade, pois a pessoa que recebe a ajuda se compromete a retribuir nos próximos *muxirum*. Exemplos comuns de *muxirum* incluem a produção de farinha de mandioca, a colheita de arroz e a construção de hortas comunitárias, onde todos e todas contribuem com trabalho e recursos.

Os *muxirum* também incluem atividades tradicionais realizadas pelas mulheres, como a fiação de algodão para a produção de redes. Desde pequenas, as mulheres participam desses encontros, aprendendo e preservando as técnicas artesanais que são passadas de geração em geração. Essas práticas não só fortalecem os laços comunitários, mas também ajudam a manter vivas as tradições culturais, mesmo diante dos desafios atuais, como a migração dos jovens para as cidades e o envelhecimento da população rural. Assim, os *muxirum* continuam a ser um elemento social importante da vida comunitária, promovendo a cooperação e a preservação cultural.

Para abordar a questão da divisão sexual do trabalho, recorremos aos escritos de Nalu Faria (2009), Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), pois elas enfatizam que no patriarcado pelo fato da construção social de inferiorização das mulheres com relação aos homens, elas precisam trabalhar mais, na esperança de serem valorizadas ou reconhecidas, de algum modo. Dessa forma evidenciamos as mulheres negras camponesas sobrecarregadas, principalmente no trabalho doméstico, um universo de tantas funções, amplo e complexo, que pode ser somado ou agrupado à sobrecarga e tripla jornada combinada com os outros trabalhos que desenvolvem.

Lélia Gonzalez (2020, p. 307) considera que a mulher negra brasileira “se concentra nas profissões manuais de menor prestígio e remuneração. Trabalhadora rural, indústria de extração, *etc.* Muitas vezes nem salário tem”. Sem estudo, as mulheres negras camponesas tiveram poucas oportunidades, mas vamos dialogando com nossos companheiros e vendo outras possibilidades, como a extração do cumbaru, fabricação de doces, bolos, redes no tear, tapetes de crochê, depois de muitas lutas cotidianas, ainda que a esta altura da vida no sentido das idades avançadas para muitas de nós.

A busca por estratégias de geração de renda não está isenta de desafios. A pesquisa revelou uma sobrecarga de trabalho na vida dessas mulheres. Elas trabalham de

sol a sol, e, ainda assim, muitas vezes ouvem que "mulher não trabalha". Parece contraditório, mas esse é um comentário comum, até mesmo entre as próprias mulheres. Quando precisam preencher formulários e são perguntadas sobre sua profissão, muitas respondem que não trabalham, identificando-se apenas como "donas de casa". No entanto, a participação em movimentos sociais tem despertado em nós, especialmente as do grupo estudado, para a realidade da sobrecarga de trabalho que enfrentam. Conforme destaca Faria (2009, p.11),

[...]os movimentos de mulheres do campo são um dos movimentos mais enraizados, contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país, exemplos disso são as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), os vários acampamentos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST e tantos outros. Estas transformações muitas vezes tardam em ser devidamente analisadas pelos estudos acadêmicos inclusive em função dos tempos necessários a qualquer pesquisa.

É importante destacar que as transformações vividas pelas mulheres negras camponesas do Grupo Raízes do Cerrado não são processos recentes. Nossas avós, mães e tias desde a década de 1980 participam de movimentos sociais por meio, principalmente, da CPT. Assim, o grupo se insere em uma tradição histórica de resistência e luta, fortalecida por modos tradicionais de organização comunitária e por oficinas que oferecem ferramentas para a formulação crítica de suas práticas e desafios.

Atualmente a principal atividade do grupo de mulheres é o extrativismo do cumbaru, também conhecido como baru ou cumaru (*Dipteryx alata* Vog.), fruto do cumbarueiro, uma árvore nativa dos biomas cerrado e pantanal. Essa árvore apresenta um fruto de casca resistente que abriga uma castanha altamente nutritiva, considerada um superalimento³. Nos últimos anos, de acordo com estudos de Amaral, Servilha e Ribeiro (2023), a castanha do cumbaru ganhou destaque na indústria de alimentos e bebidas devido ao interesse crescente dos consumidores por opções mais saudáveis. Devido às

³ Superalimentos são alimentos que apresentam uma concentração elevada de nutrientes e outros componentes com impacto positivo na saúde, potencialmente associados à prevenção de doenças ou que oferecem vários benefícios além do seu valor nutricional. A castanha do cumbaru, é considerada um superalimento devido ao seu alto valor nutricional. Estudos indicam que o baru possui mais nutrientes que o amendoim e a maioria das nozes, com quase 30% do seu peso composto por proteínas. Além disso, é rico em vitamina C, ferro, polifenóis, flavonoides e antocianinas, características que o qualificam como um alimento funcional (Amaral; Servilha; Ribeiro, 2023).

suas propriedades nutricionais e ao seu grande potencial para o mercado de alimentos orgânicos e funcionais, a castanha do cumbaru tem se destacado cada vez mais no mercado.

Durante o extrativismo, elas disseram que, neste ano, 2023, não vão mais vender in natura, que preferem quebrar aos poucos, beneficiar e fazer a farinha, os pães, bolos e biscoitos, “dá mais trabalho, mas dá mais lucro também” (Rosa, no extrativismo do cumbaru, em 28/07/2023). A preocupação de Rosa é que, futuramente, o cumbaru esteja muito valorizado, “mas nós não vamos mais aguentar trabalhar e os jovens não querem mais ficar no sítio” (Rosa, no trabalho em grupo de quebra de cumbaru, em 03/08/2023).

As idas e vindas ao campo atrás das castanhas de cumbaru já tem um elevado trabalho, mas como afirma Rosa (2023) não tem o devido valor para venda. Assim sendo, a decisão dos grupos é a de beneficiar a farinha e a partir dela fazer as chamadas “quitandas”, bolo, pães, biscoitos, assim são vendidas nas festas, reuniões, encontros e feiras nas comunidades locais e também por encomendas via redes sociais que tem atraído um número significativos de clientes, aumentando os lucros, contribuindo assim, para a emancipação.

Ademais, o cumbaru possui potencial para ser objeto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento científico, mas ainda é incipiente a literatura voltada para esse fim, e as poucas que existem possuem viés comercial e mercadológico. Neste estudo, nosso olhar se volta para a questão social e ambiental ligada ao extrativismo do cumbaru, e como mulheres camponesas e negras estamos nos emancipando por meio desse trabalho e da gestão ambiental, sem degradar o meio ambiente.

O cumbaru cai quando está maduro, o que ocorre no período da seca nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Deve ser colhido, prioritariamente, antes do período da chuva para não estragar. Os frutos sem amêndoas são deixados na natureza, bem como aqueles que estão enterrados, garantindo, assim, a reprodução da espécie. Nunca retiramos totalmente os frutos, em vista do nascimento de novos pés e, também, para alimentação de animais.

Quebrar o cumbaru para extrair a amêndoa é um processo difícil devido ao endocarpo lenhoso e duro do fruto, e o desafio está em obter a amêndoa inteira. Se ela quebrar, não pode ser vendida como castanha torrada, mas pode ser usada para fazer farinha. Algumas mulheres usam a técnica da foice/alavanca presa a um tronco de árvore para cortar o fruto transversalmente, enquanto outras utilizam um quebrador de corte

transversal, que é mais durável e eficiente. No entanto, o processo é perigoso, com risco de acidentes, como cortes e lesões nos olhos, sendo necessário o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que muitas vezes não estão disponíveis. Existe uma máquina elétrica capaz de quebrar cerca de 1 quilo de cumbaru por hora, mas seu custo é elevado.

O Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado foi pioneiro no extrativismo do cumbaru na região. Hoje, elas não são apenas respeitadas nos trabalhos que fazem, mas também há uma mudança significativa na percepção sobre o trabalho da mulher; contudo, no início, relatam que sofreram muito preconceito. “Os homens passavam na estrada e viam nós catando cumbaru e falavam: vão pra casa, cuidar de marido, do almoço; falavam brincando, mas que ofendia, ofendia” (Relato de Ana, no extrativismo do cumbaru, em 28/07/2023). Naquele momento humilhadas pelas posições machistas daqueles homens, mas decididas a seguirmos em frente com nossos objetivos de buscar nossas independências financeiras.

O respeito que antes deles foi negado passou a ser conquistado não apenas pela perseverança, mas também pelo reconhecimento do impacto econômico de sua atividade. Alguns dizem que, ao contribuírem financeiramente para a casa, passaram a ter mais voz nas decisões familiares. No entanto, a maior valorização do seu trabalho nem sempre veio acompanhada de uma redistribuição equitativa das tarefas domésticas, o que gerou uma sobrecarga para muitas delas, evidenciando como a mudança na autonomia financeira nem sempre se traduz, automaticamente, em igualdade dentro do lar.

Dona Vicentina relata que o marido dela não aceitava, dizia que “catar cumbaru era coisa pra criança que não tinha o que fazer”. Atualmente, ele a acompanha no extrativismo do cumbaru. “Eu já fui chamada de vaca” (Relato de Greicy, no extrativismo do cumbaru, em 28/07/2023). “Muitos homens que tiravam sarro de nós, hoje tá se valendo com dinheiro de cumbaru” (Relato de Rosa, no extrativismo do cumbaru, em 28/07/2023). Hoje a situação está mudada, temos nossa associação, conquistamos nossos espaços de reuniões políticas, para discutirmos nossos rumos de vida financeira e efetivamente buscando sentidos para nossas vidas, ainda que muitas de nós temos mais de sessenta anos. A experiência de vida nos faz fortes e auxilia na caminhada de nossas jovens parceiras para dar continuidade a este trabalho.

Por meio da participação na *Oficina de Mapeamento Participativo com Enfoque em Gênero - Cadeia de Valor do Cumbaru*, realizada em parceria com o Programa REM/MT, no dia 05 de maio de 2023, dialogamos em grupos sobre as tecnologias que as

mulheres usam para manejar, conservar, multiplicar, proteger das ameaças, coletar e beneficiar o fruto do cumbaru e quais as dificuldades que encontram.

Isso de ter que pedir autorização pros fazendeiros é bem constrangedor. Uma vez fomos falar com seu Ipê Roxo, se ele liberava pra nós catar o cumbaru na fazenda dele. Ele faltou com respeito com nós; falou: eu deixo vocês catar, pegar, fazer o que quiser com meu coquinho. Falou assim, porque nós é mulher, se fosse homi não falava assim não (Relato de Cícera, 2023).

Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na defesa dos direitos fundamentais das mulheres, relatos como o de Cícera ainda são frequentes. O comportamento do fazendeiro é caracterizado como assédio sexual, uma forma de violência moral e psicológica. Ele foi desrespeitoso e agressivo, direcionando suas palavras ofensivas. Não nos sentimos fortes para enfrentá-lo, pois ele tinha as árvores em seu domínio, se o denunciássemos pelo crime da violência contra nossos corpos, ele nos tiraria o poder de pegar as castanhas.

Com muitas lutas, as mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) conseguiram aprovar leis que garantem a elas acesso livre aos babaçuais em alguns municípios nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Estudos de Diana Aguiar e Helena Lopes (2020, p. 16) apontam que as “Leis do Babaçu Livre são instrumentos legais que formalizam as práticas ancestrais existentes”, mas ainda não existem no âmbito nacional, incidindo apenas em poucos municípios dos estados mencionados. Há o desejo das mulheres de Nossa Senhora do Livramento de conquistar essa legislação, para tanto, estamos investindo em formações de bases e realizando articulações com vereadores e vereadoras da câmara municipal.

As narrativas das mulheres apresentam os caminhos enfrentados, suas dificuldades, mas também proposições para trilhar novos rumos com relação ao aprendizado e direitos adquiridos na legislação brasileira. Foram diversas queixas em todos os grupos de trabalhos, sendo as mais comuns: a) carregar sacas pesadas (transporte de onde estão os cumbaru até o carro); b) dificuldade na quebra das castanhas manualmente; c) acertar o ponto da torrefação das castanhas no fogo; d) alugar um carro para o transporte dos produtos para comercializar na cidade; e) pedir licença para o fazendeiro para as coletas do fruto (ao ponto de ouvir piadas desrespeitosas e criminosas); f) não ter acesso a tecnologias apropriadas para desenvolver de modo mais seguro e menos doloroso o trabalho na extração da castanha; g) dificuldades com a comercialização das castanhas e dos produtos manufaturados, muitas vezes associadas a preços baixos. Enfim,

no contexto atual, não conseguimos segurança jurídica que nos ampare contra esse direito de entrar e sair dos campos para colher os cumbarus como no Maranhão. Não obstante, são dificuldades que o grupo apresenta como pauta de trabalho para os próximos meses, visando ao seu enfrentamento. Dentre as demandas, consta a inserção da legislação do direito ao extrativismo da castanha do cumbaru sem a necessidade de passar pelo constrangimento de ter que pedir autorização de acesso ao fazendeiro. É importante destacar que nosso trabalho respeita a legislação ambiental e os princípios da agroecologia, uma vez que somos parceiras dessas pautas.

Para as mulheres negras camponesas, o trabalho no campo é parte constitutiva de suas identidades, incluindo tarefas essenciais para a sobrevivência. As atividades que realizamos resultam de uma infinidade de saberes acumulados, transmitidos de geração em geração. Esses conhecimentos, que compõem o modo de vida dessas mulheres ao longo de suas experiências, vão além da escolaridade formal, abrangem vivências significativas que conduzem à emancipação, autoestima e o cuidado que uma tem com as outras. Suas ações e artes demonstram uma preocupação efetiva com a terra, pela preservação e a conservação do bioma em que vivem, como ilustra o relato de Maria do Carmo.

Hoje, eu sou a coordenadora do grupo. Moro há 2 km do local onde o grupo se reúne. Estamos na discussão sobre a coordenação porque eu já estou cansada e tem gente mais nova que pode pegar. Sou rezadeira, tiro terço mariano, cenáculo; sou a coordenadora da região Morraria, responsável pelo terço. Faço, multimistura, pomada tira-dor, azeite de mamona, sabonete de aroeira, pomada, xarope, comprimido de babosa, bala de casca da laranja, brigadeiro de beterraba com rapadura, rede de tear, tapete de tear. Eu vendo, mas se eu vejo que tá bem necessitado, que não tem dinheiro pra pagar, aí eu doo, mas o padre falava assim, tem que vender, nem que seja bem baratinho, porque tudo que é dado o povo não valoriza. Então eu não quero morrer com as receitas. Quero repassar. Eu vou até nas casas das pessoas daqui ensinar como fazer, eu falo: olha, tem muita coisa que se nós usar, nós não precisa ir na farmácia (Maria do Carmo, 2023).

Outra participante da pesquisa diz:

Sempre trabalhei, desde criança eu já fui aprendendo a cozinhar, fazer azeite, pamonha, descaroçar o algodão, fiar, tecer de rede. Posso dizer que sou urdideira, crochezeira. Hoje eu to mexendo mais é com o cumbaru, né, a castanha, mas eu faço licor, farinha, óleo de babaçu, óleo de mamona, bombom, pintura em tecido, trabalho com crochê de barbante, derivados do frango: desossar, linguiça, salame, calabresa, hambúrguer, kafta, nuggets, defumados, rocambole, plantas medicinais e ornamentais, farinha de mandioca, doces de caju, de leite, mamão verde (Rosa, 2023).

Os saberes dessas mulheres se entrelaçam com o próprio cerrado. Elas são herdeiras de tradições ancestrais que guiam gerações, o manejo sustentável do cerrado. O

lugar onde sempre viveram é agora palco de luta para permanecer em seus territórios de vida. Ao visitar as referidas mulheres em suas casas, além das entrevistas, fizemos uma contagem da diversidade de alimentos cultivados nos quintais, hortas e roças, assim como das plantas de uso medicinal que são utilizadas. Desse universo foram identificadas 25 plantas de uso medicinal, 65 plantas de uso alimentar e 14 espécies de plantas ornamentais, além de flores, chás, aves e suínos.

A maior parte das plantas elencadas foi encontrada nos quintais. De acordo Amanda Quaresma *et al* (2015), os quintais são sistemas de produção integrados, também chamados de sistemas agroflorestais, que representam um modo de uso e manejo da terra para uma produção pequena, mas contínua, com uma mistura de espécies agrícolas, florestais, que envolve, ainda, a criação de pequenos animais.

Maria do Carmo lembra que sempre trabalhou no sistema agroflorestal, “mas só depois que entrei no movimento que fui saber que isso daí era agroecologia” (entrevistada Maria do Carmo, 2023). Como outras mulheres do grupo, ela participa do curso *Mulheres: a lida e a luta na agroecologia*, promovido pelo Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS). Com seu esposo, cultivam uma roça no Sistema Agroflorestal, às margens do córrego Brumado. De modo tradicional, plantam uma variedade de frutas, legumes e vegetais, como: banana, mandioca, milho, arroz, eucalipto, acuri, manjeriço, feijão andu, abóbora, tomate, quiabo, melão, girassol, entre outros.

Nos Sistemas Agroflorestais⁴ planta-se uma variedade de espécies, de modo que uma planta protege e serve de adubo para outra. Além de alimentos para subsistência da família, da roça e do quintal de Maria do Carmo e Domingos saem os ingredientes para o preparo da multimistura.

A multimistura pode ser pra criança, pra adulto, para gestante. Às vezes, as pessoas falam assim: ah, esse daí é só pra desnutrição, não é, porque eu já tratei dum homem que vivia com a barriga enorme, até brilhando. E aí o que que eu fiz? Eu não arrumava o que eu arrumava pra criança, só o farelo que eu arrumava. Aí eu arrumava o fubá e pegava casca de quina e eu fazia o pó dele e pó de folha de algodão, pois o homem sarou do intestino. Era do intestino que estava ruim e ele já tinha ido em vários médicos, acho que de remédio de médico ele já tinha gastado não sei quantos reais e ele ia só fofando. E aí foi ele sarou e ele fala muito bem da multimistura. Mas nem tudo sabe como fazer, né. E eu modifiquei bastante pra ele assim, né. Pra criança é de um jeito, pra

⁴ O Sistema Agroflorestal tem sua base na agricultura sintrópica, um modelo criado por Götsch (1997), agricultor e pesquisador suíço. Götsch migrou para o Brasil no início da década de 1980 e estabeleceu-se na Bahia, onde desenvolveu técnicas de recuperação do solo por meio da proteção florestal, tendo como inspiração os ciclos da natureza e o conhecimento acumulado ao longo dos tempos pelos povos tradicionais, indígenas, quilombolas, camponeses e outros grupos.

adulto, para gestante é de outro jeito. Pra criança você vai arrumar a semente de girassol, semente de abóbora, folha de mandioca. Esses três é o essencial. Pra eliminar a anemia não tem igual. E esses ingredientes sai tudo daqui do meu quintal que a gente sabe o que tá usando, né... (Maria do Carmo, 2023).

Outras mulheres também relataram suas experiências com a família no trabalho na roça. Aprenderam desde crianças a plantar, colher, capinar. Pelos relatos, o trabalho na roça era sempre ensinado e coordenado pelo pai, envolvendo meninas e meninos. Mencionam também sobre os produtos que fazem parte do uso e economia delas e que estão em extinção ou sendo perdidos e por quê. Nesse ínterim, foi abordado os impactos dos agrotóxicos à saúde e modos de vida das mulheres (por exemplo: as denúncias de contaminação das águas pelos venenos utilizados nas fazendas). Militina (integrante do grupo) relatou o caso de uma estudante que teve que se mudar para a cidade porque a plantação de soja chegou muito próximo a sua casa e o intenso uso de agrotóxicos na plantação fazia com que seu filho de quatro anos ficasse trancado dentro no quarto com o ventilador, pois o cheiro era muito forte e causava náuseas e dores de cabeça.

As formas de trabalho ora apresentadas levam-nos a pensar sobre um elemento considerado importante com relação à emancipação das mulheres negras camponesas. Trata-se de outra forma de percepção diante das coisas, as quais partem do envolvimento com o trabalho, mas, possivelmente se estendem além, envolve uma interação ativa com o mundo, o que se alinha com a maneira como essas mulheres experimentam e compartilham suas práticas e saberes, pois a percepção não é uma simples cópia do mundo, mas a exploração ativa de suas possibilidades (Merleau-Ponty, 1999). Assim, a expressão ‘muxirum’, em nossa compreensão, pode significar que, mesmo vivendo em uma sociedade tecnicamente desenvolvida, com automação de vários processos, principalmente eletrônicos, que fazem otimizar o tempo, essas mulheres seguem, em grande medida, um ritmo de fazer diferente, de modo que o tempo seja suficiente para contar como fizeram e o que aconteceu nas experiências realizadas. Nessa percepção sempre há uma troca de saberes e um cuidado entre elas pois possuem outra lógica de/no trabalho. Esse ritmo, não é apenas um traço secundário, mas uma característica essencial em nossa experiência cotidiana. Mesmo inseridas em uma sociedade técnica desenvolvida, onde a otimização do tempo e a aceleração dos processos, preservamos uma temporalidade própria, que valoriza a experiência, a partilha e reflete um modo próprio de interação com o mundo, no qual o tempo não é apenas um recurso a ser gerenciado, mas um espaço de construção coletiva e de compartilhamento de saberes.

A exemplo desse ritmo de fazer diferente, mas não valorizadas, foi uma reunião realizada com elas, com a participação da professora Maria Aparecida Rezende/UFMT, no dia da apresentação do pré-projeto de mestrado para elas participarem da elaboração do mesmo. Elas disseram em suas apresentações que não sabiam fazer nada. Perguntamos e quem fez todos esses lanches e doces, crochê de barbantes? Dissemos que isso era um currículo de vida. Elas ficaram animadas e orgulhosas porque elas agora eram muito importantes, pois tinham até “currículo” e haja páginas de currículos para colocar tantos saberes. A reunião se estendeu para mais de 4 horas, pois antes silenciosas, agora todas tinham muito o que dizer o que sabiam fazer. A palavra “currículo” fez com que elas se sentissem importantes como mulheres negras camponesas no fazer, no construir, no plantar.

Feminismo comunitário: caminhos para a desconstrução da noção de gênero e patriarcado

Nosso trabalho vai além da produção em pequena escala. É um trabalho que configura uma rede de solidariedade e reflete em nossas formações femininas. São nesses momentos que saímos da solidão dos nossos pensamentos e, juntas, fortalecemos nosso objetivo coletivo: desejamos ser livres das amarras do patriarcado, do machismo e do racismo. Diante disso, no que diz respeito ao debate feminista, utilizamos como referência teórica as produções de Julieta Paredes (2010), que tem debatido o feminismo comunitário. Esse diálogo tem se tornado tema de interesse das mulheres negras camponesas e pauta dos nossos estudos e reflexões, porém, nossos passos são curtos, vamos devagar, ao nosso modo, confiantes na organização em luta pela nossa autonomia e preservação do cerrado.

O feminismo comunitário, delineado por Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014) no livro "El tejido de la rebeldía. Qué es el feminismo comunitario?", revisa os conceitos do feminismo ocidental principalmente as categorias de gênero e patriarcado. Ele emerge das experiências e lutas das mulheres indígenas da América Latina, particularmente na Bolívia. Esta perspectiva feminista se distingue por sua profunda conexão com a comunidade, a terra e as relações intersubjetivas, propondo uma análise interseccional das opressões. As práticas do feminismo comunitário são orientadas pela valorização dos saberes ancestrais e a criação de redes de apoio mútuo. A educação popular, a participação em movimentos sociais e a criação de espaços autônomos para as

mulheres são algumas das estratégias empregadas. Além disso, o feminismo comunitário defende a autonomia das mulheres sobre seus corpos e territórios.

El feminismo comunitario es un pensamiento-acción que además de crearse en la Bolivia del proceso de cambio, recupera las luchas ancestrales de nuestras mujeres en estos territorios de Abya Yala, para la construcción de una propuesta de comunidad como espacio de realización de lo que soñamos: ese llamado Vivir Bien de nuestros pueblos y de la naturaleza, donde las mujeres somos la mitad de todo. La tarea recién empieza y necesita tiempo para concretarse y para profundizarse (Paredes, 2015, p. 108).

Destarte, como salientado, dialogamos com Paredes (2019a, p.12), no sentido de que não é qualquer feminismo que nos serve. A autora afirma: “nós, ao nos nomearmos Feministas Comunitárias, não imitamos a Europa e os EUA. Desafiamos a soberba, convocamos ao diálogo e, em seu próprio campo semântico, disputamos o conteúdo”. Assim, ela desafia-nos a questionar o próprio feminismo, ajudando-nos a pensar sobre as atribuições conceituais dos termos feminismo e feminista.

Chamarmo-nos feministas também é uma estratégia semântica. Por que, no meio dessas críticas que fazemos ao feminismo, nós nos chamamos de Feminismo Comunitário? Dissemos que, para o bem ou para o mal, feminismo e feministas, têm um significado no mundo, ao qual chamamos de campo semântico imposto, claro que imposto hegemonicamente pela invasão da Europa, mas é importante, nesta fase de nossas lutas, posicionar-se no mundo e tomar decisões sobre esse fato. É claro que nós nos questionamos se seria melhor escolher outro nome para nossas lutas e, portanto, não participar do jogo do eurocentrismo. Certamente poderia ser uma estratégia, claro que sim! Mas nós escolhemos outra (Paredes, 2019a, p. 82).

Questionar o feminismo que vem sendo apontado, pois nele não enxergamos as mulheres negras camponesas que se desenham na luta de consolidar sua liberdade de ser mulher. Paredes começou a questionar o feminismo eurocêntrico que a América Latina adotou. Para ela, do jeito que esse conceito se apresenta não cabe no contexto das mulheres indígenas. Ela faz a indagação: “onde estão os corpos das mulheres indígenas? Eles estavam nas nossas comunidades, nos povos de onde somos. Mas onde estão nossos corpos?” (Paredes, 2019b, p. 28). A autora fala sobre um feminismo de acordo com a realidade de uma comunidade de comunidades em que as pessoas possam participar da construção desse movimento da luta de todas as mulheres, segundo ela, “é a partir do coração que devemos falar. Por que lutamos? Pela comunidade. O que queremos? Uma comunidade de comunidades. Nesse caminho também existem irmãs que entram dentro dessa lógica” (Paredes, 2019b, 30), no nosso caso, mulheres negras camponesas.

Para Julieta Paredes (2019a), o feminismo comunitário avança ao reavaliar as categorias de gênero e patriarcado:

[...] as feministas latino-americanas, volto a repetir, não produziram seu conceito de patriarcado, só repetiram os conceitos do feminismo europeu. As feministas dizem que o patriarcado é a relação de opressão dos homens contra às mulheres, seja de homem para mulher, pessoal, ou como um sistema de homens que oprime as mulheres. Para nós, o patriarcado é o sistema de todas as opressões, discriminações e violências que a humanidade vive; pela humanidade entendemos homens, mulheres e pessoas intersexuais (Julietta Paredes, 2019a, p. 35).

O feminismo comunitário destaca e reformula o conceito de patriarcado, criticando a visão limitada dentro do próprio feminismo de características eurocêntricas, que o descreve apenas como um sistema de opressão dos homens sobre as mulheres. De modo semelhante, Oyèrónké Oyěwùmí (2021, p. 60) escreve que “a suposição e o desdobramento do patriarcado e das ‘mulheres’ como universais em muitos escritos feministas são etnocêntricos e demonstram a hegemonia do Ocidente em relação a outros agrupamentos culturais”. A socióloga nigeriana nos traz uma abordagem única ao discutir gênero e patriarcado, especialmente em contextos africanos. Em sua obra *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, ela critica as perspectivas ocidentais tradicionais sobre gênero e feminismo, argumentando que essas ideias foram erroneamente aplicadas ao contexto africano.

Oyèrónké Oyěwùmí (2021) argumenta que, nas sociedades africanas pré-coloniais, as estruturas de poder eram mais complexas do que as concepções binárias de patriarcado ocidentais sugerem. Ela destaca que as categorias de gênero eram fluidas e não eram estreitamente vinculadas às posições de poder patriarcais da maneira como são concebidas no Ocidente, por exemplo, “o idioma iorubá é isento em relação ao gênero [...] não há especificidades de gênero denotando filho, filha, irmão ou irmã” (Oyèrónké Oyěwùmí, 2021, p. 84). A autora sugere que a imposição de modelos ocidentais de gênero nas análises africanas pode distorcer a compreensão das dinâmicas sociais locais.

O gênero não é propriedade de um indivíduo ou de um corpo em si mesmo. Até mesmo a noção de identidade de gênero como parte do eu repousa sobre um entendimento cultural. Gênero é uma construção de categorias em relação hierárquica entre si e está imbuído nas instituições (Oyěwùmí, 2021, p. 84).

O ponto central de sua crítica é a ideia de que as concepções de gênero nas sociedades africanas pré-coloniais eram muito mais fluidas do que as categorias fixas que o pensamento ocidental, muitas vezes, impõe. Diz, ainda, que “o maior impacto dessas ideias ocidentais em relação à primazia do gênero é que elas dificultaram a apresentação de formas alternativas de olhar para as distinções sexuais anatômicas sem patologizar o feminino” (Oyèrónké Oyěwùmí, 2021, p. 385). Ao mencionar patologizar o feminino, a

autora está se referindo à tendência de enquadrar as experiências e características femininas em termos patológicos, ou seja, vê-las como anormais, desviantes ou problemáticas.

Em um artigo intitulado *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*, Oyèrónké Oyěwùmí (2020) interroga o conceito de gênero e outros a ele relacionados com base em experiências e epistemologias culturais africanas, tomando como base o sistema da família nuclear que difere do formato familiar iorubá não generificado. Desse modo, ela afirma que “as duas categorias ‘mulher’ e ‘gênero’ precisam ser repensadas, dado o caso iorubá apresentado” (Oyěwùmí, 2020, p. 129). Nessa mesma direção, María Lugones (2020, p. 71) propõe o “sistema moderno/colonial de gênero” para analisar as interseções entre o sexismo, o racismo e o colonialismo nas sociedades contemporâneas. Esse termo faz parte de sua crítica, ao que se percebe como uma compreensão eurocêntrica dominante do feminismo.

A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra. A denominação categorial constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor. Como já indiquei, a autodenominação mulheres de cor não é equivalente aos termos raciais impostos pelo Estado racista, e sim proposta em grande tensão com eles (María Lugones, 2020, p. 78).

A autora argumenta que a construção de categorias influencia a percepção e a experiência das pessoas dentro dessas categorias. “Nessa abordagem, é um erro agrupar as fêmeas em uma categoria chamada ‘mulher’ com base em sua anatomia, como se sua anatomia definisse os papéis sociais” (Oyěwùmí, 2021, p. 353). Quando as categorias são concebidas de maneira isolada, como gênero e raça separados, pode-se perder de vista as experiências específicas das mulheres de cor, que podem enfrentar formas únicas de opressão que não são totalmente capturadas quando se olham apenas para a categoria geral de ‘mulher’ ou para categorias raciais mais amplas.

María Lugones (2020), ao discorrer sobre a interpretação da colonialidade de gênero feita por Aníbal Quijano em diversos textos, enfatiza que a análise do gênero como construção capitalista eurocêntrica e colonial feita por Oyèrónké Oyěwùmí é muito mais abrangente que a de Quijano, uma vez que a socióloga “nos deixa ver a inferiorização

cognitiva, política e econômica, mas também a inferiorização das anafêneas com respeito ao controle reprodutivo” (Lugones, 2020, p. 89). Ao seu ver, o conceito de Quijano é limitado quanto ao entendimento das construções opressivas do âmbito daquilo que o gênero implica.

Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014, p. 74), enfatizam que “el género, para el Feminismo comunitario, es la cárcel, que el patriarcado construye sobre los cuerpos de los hombres y sobre los cuerpos de las mujeres”. Para as autoras, o conceito de gênero funciona como uma restrição imposta sobre os corpos. O feminismo euro-ocidental muitas vezes confunde corpo com gênero, o que resulta em um erro conceitual, político e teórico significativo relacionado ao colonialismo feminista e às concepções queer da sexualidade e dos corpos na pós-modernidade. Reconhecemos a existência de mulheres, homens e pessoas intersexuais, que são os corpos. As interpretações, significados sociais, políticos, restrições, imposições e papéis são construções sociais que não podem substituir o corpo em si (Paredes, 2019b).

Ivone Gebara (2002) nos diz que, de modo geral, na história patriarcalista, as mulheres são consideradas inferiores, incapazes, impuras e, por isso, há culpa, pois são o ‘sexo frágil’. A fragilidade, o medo e a vergonha alicerçam uma identidade subalterna. Quando se fala em mulheres camponesas, então, o pejorativo é redobrado, em primeiro lugar, pelo fato de serem mulheres pobres ou empobrecidas e, em segundo, por serem camponesas estereotipadas de diversas formas, “pois, na medida que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo)” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 56). Entretanto, não podemos perder de vista a perspectiva de subversão e desobediência dessas mulheres para além da vitimização do sexo feminino, caso contrário, estaríamos reforçando concepções trágicas e sem possibilidades de resistência, contestação e organização de nossa parte, como mostra o relato de Eva.

Foi uma luta fazer o marido entender. Os homi falam que nós só anda à toa, mas o grupo começou com as nossas andanças. Talvez esse grupo surgiu pra mostrar pra esses homi machista que não é assim; que mulheres trabalhando junto consegue alguma coisa, consegue fazer até mais, muitas vezes do que eles, porque o nosso grupo aqui, por exemplo, o dinheiro que a gente faz dá pra comprar muita coisa. Então já alguma coisa né, que é pra eles ver que a gente tá aqui trabalhando, né, e também aprendendo a fazer alguma coisa diferente do que a gente é acostumado a fazer em casa (Entrevista, gravada com Eva, em 18/05/2023).

Eva nos conta da dificuldade em fazer o marido entender seu trabalho, suas lutas e usa a palavra machista para se referir ao comportamento de alguns homens com relação as mulheres. Nesse contexto, Julieta Paredes (2019a) explica que machismo e patriarcado não são a mesma coisa.

Essas feministas confundem machismo com patriarcado e isso as leva a lutar contra alguns homens e contra os homens “machistas”, acreditando que estão lutando contra o patriarcado. Se você se der conta, nós lutamos contra o machismo em nossas comunidades, isto é, contra homens e mulheres machistas. A diferença entre os dois é que as mulheres não se beneficiam do machismo das mulheres, ainda que elas também sejam machistas. Lutamos contra o machismo em nossas famílias, relacionamentos, comunidades, mas, como mulheres, temos que incorporar a especificidade das lutas de nossas mulheres contra um sistema de todas as opressões, que é o patriarcado, que também oprime os homens, as pessoas intersexuais e a natureza, mãe e irmã (Julieta Paredes, 2019a, p. 35).

O machismo se expressa nas críticas de homens e mulheres dirigidas a nós porque ousamos sair de casa para estudar, trabalhar no grupo, ir à formação de base, viajar quando têm intercâmbios, marchas ou cursos. Nesse sentido, concordamos com Camila Neves (2017), ao dizer que o dinheiro pesa nas relações de gênero e impacta, também, a forma de ser e estar no mundo. Em meio a tantas dificuldades para se viver no campo, as comunidades estão em busca de estratégias que garantam rendimentos, principalmente, para os segmentos que ainda são os mais vulneráveis, os jovens e as mulheres.

Na *Oficina de Mapeamento Participativo com Enfoque em Gênero- Cadeia de Valor do Cumbaru*, registramos as atividades que homens e mulheres realizam cotidianamente em seus sítios. Seria um encontro exclusivamente de mulheres e o objetivo da atividade era fazer um mapeamento dos trabalhos desenvolvidos por elas, mas como tivemos a presença de alguns companheiros, resolvemos inseri-los na atividade, o que foi bom, pois nos possibilitou um quadro comparativo.

Para isso, foi entregue um papel pardo e canetas ao grupo de homens e outro ao grupo de mulheres. No papel pardo, em forma de tabela a ser preenchida, estava escrito na primeira coluna: ‘Atividade’, indicando que ali deveriam ser elencadas todas as atividades que realizam durante um dia, do momento que acordam até a hora que vão dormir; na segunda coluna, deveriam colocar o horário que realizam cada atividade; na terceira coluna, marcariam com um ‘x’ se aquela atividade gerava renda ou não.

A interpretação do material revelou que as mulheres realizam, em média, 34 atividades (oração, guaraná/café, tratar os animais, lavar louça, preparar o ‘quebra-torto’, sair para coleta, transportar o cumbaru pra casa, quebrar o cumbaru, fazer o almoço,

servir, lavar a louça, cuidar do roça, lavar roupa, limpar a casa, preparar o lanche da tarde, ajudar as criança nas tarefas escolares, fazer mudas de cumbaru, bombom, rapadura, farinha, fazer caminhada ou jogar futebol, tomar banho, assistir TV, destacando-se que, concomitantemente, fazem tapete, crochê, preparam a merenda p/ amanhã, jantam, estudam, namoram, dormem). Os homens, por sua vez, executam 16 tarefas (escovar os dentes, fazer café/guaraná, alimentar os animais, 'quebra-torto', serviço de manejo na roça, descanso, almoço, soneca/cochilo, retorno à roça, juntar as sacas de cumbaru, apartar os bezerros, alimentar os animais, banho, jantar, assistir TV, namorar). Das 34 atividades elencadas pelas mulheres, 19 delas, de acordo com o registro, não geram renda, ao passo que das registradas pelos homens, apenas oito não geram renda. Destaca-se que os homens colocaram o ato de tomar o café da manhã, degustar o almoço e jantar como atividades, mas quem prepara essas refeições são as mulheres. De volta à plenária, na exposição/apresentação dos cartazes, foi feita essa ressalva. Outro dado interessante foi que as mulheres não lembraram do 'namorar', o que apareceu no cartaz delas porque uma mulher foi, sorratamente, no grupo dos homens e 'copiou e colou' no cartaz delas.

Percebemos, por meio dessa dinâmica, que as mulheres se incluem em muitas atividades e os homens se excluem, justamente pelos papéis de gêneros construídos socialmente. Isso também ficou evidente no extrativismo do cumbaru, quando perguntamos sobre como resolvem a questão dos cuidados da casa e do almoço enquanto elas trabalham, ao que responderam que já deixavam o preparo do almoço adiantado e alguns maridos terminavam; outros não, e, nesse caso, elas chegam em casa por volta das 11h e vão para o fogão. Nas falas das mulheres, sentimos como é difícil, sobretudo para a mulher do campo, deixar os trabalhos domésticos a cargo do marido por ser um espaço, historicamente, ocupado por elas, decorrente da divisão sexual do trabalho.

As mulheres descritas neste texto são prova viva dessa atuação, marcadas e marcando o lugar onde vivem. Cada mulher, ao compartilhar suas experiências e conhecimentos, contribui para a construção de um saber coletivo que valoriza e respeita a diversidade de vivências. Enquanto trabalham, procuram solução para os problemas que enfrentam com o trabalho dito 'doméstico' e todos os outros que fazem no decorrer do dia a dia, anualmente. As reflexões em grupo permitem que elas percebam que suas dificuldades estão relacionadas a causas sociais impostas pela sociedade capitalista. Em suas narrativas, elas denunciam violências e, ao mesmo tempo, alcançam uma consciência crítica sobre si e o mundo.

Considerações finais

No início do nosso texto fizemos algumas perguntas para seguirmos suas pegadas ao longo da discussão: “E como foi que aprendemos isso? Quem cuida de nós? Por que a mulher negra e camponesa é invisibilizada e desvalorizada em seu árduo trabalho? Procuramos descrever as práticas, abrangendo os saberes, desejos e sonhos das mulheres do Grupo Raízes do Cerrado, apresentando nossos trabalhos e lutas. Diante disso, ficou evidente o papel das mulheres na diversificação dos cultivos nas roças e quintais produtivos (hortaliças, ervas medicinais, temperos, frutíferas e criação de pequenos animais) e a expressão de seus saberes na conservação e no manejo da terra, água e biodiversidade: sementes, plantas medicinais, processamento de óleos e resinas e cuidado com as águas. Percebe-se que comunidades tradicionais são espaços que se encontram imersos na lógica do *muxirum*, permeadas pela solidariedade, como também por intensos processos de luta e resistências cotidianas.

A primeira dificuldade com a pesquisa foi separar a pesquisadora, da mulher negra camponesa que sou, mas que a vida me levou a outros caminhos e hoje, sou professora, coordenadora de escola. Ao acompanhar minha avó, em reuniões das Comunidades Eclesiais de Base CEBs e da CPT, foi crescendo em mim um despertar político que eu precisava colocar em prática e para isso eu precisava da escolarização. Fui em frente, professora de EJA ajudei outras mulheres a se profissionalizar. Mas o trabalho não estava completo, pois outras mulheres não conseguiram caminhar pelo lado da educação escolar devido suas parcas condições econômicas, sem o companheirismo dos seus esposos, elas seguiram com a árdua tarefa de educar seus filhos e filhas, lidar com os plantios de seus quintais, enfim o trabalho de “donas de casa” que as tornaram mulheres submissas, silenciadas pelo sofrimento e até mesmo seus esposos foram vítimas do patriarcado. Assim surgiu o Grupo apresentado.

A resposta da primeira questão: “E como foi que aprendemos isso?” Em grupo, as mulheres aprendem a construir processos de libertação e emancipação a partir de lutas e processos coletivos, mas também em embates individuais/familiares no âmbito das relações de gênero que estabelecem, uma dando força para a outra, num diálogo profícuo entre elas. Ao que mostrou a pesquisa, as mulheres negras camponesas libertam-se quando ousam sair do espaço privado da casa para o extrativismo do cumbaru, para a

escola, para as viagens de intercâmbio com outros grupos de mulheres, e nisso apreendem sobre a amplitude do mundo.

A segunda questão é: “Quem cuida de nós?” Nós mesmas no coletivo, em reunião vamos desabafando as violências que sofremos no dia a dia, assim vamos nos fortalecendo, uma aconselhando a outra. Já é respondida a terceira questão: “Por que a mulher negra e camponesa é invisibilizada e desvalorizada em seu árduo trabalho?” Vimos ao longo dos estudos, que o silenciamento e a submissão são estratégias para alimentar o machismo, o patriarcado, por isso, juntas vamos buscando novos jeitos de viver, de buscar suas independências, participarem de reuniões pedagógicas e políticas com entidades públicas ou religiosas para aprender e construir caminhos de como sair da prisão do trabalho doméstico.

É explícito, por se tratar de mulheres negras camponesas politizadas na e em luta nos movimentos sociais, que seu próprio trabalho vem sendo discutido; por isso, percebem a sobrecarga, principalmente do trabalho doméstico, e não veem como natural a ausência de reconhecimento dos seus trabalhos, tanto é que buscam dividir as tarefas domésticas com filhos, filhas e companheiros/as. O feminismo comunitário, com sua ênfase nas conexões comunitárias, nas relações com a terra e na valorização dos saberes ancestrais, se mostra uma ferramenta potente para essas mulheres na construção de uma resistência coletiva e na promoção do bem viver. A crítica ao feminismo eurocêntrico, bem como a revisão dos conceitos de gênero e patriarcado, permite que essas mulheres encontrem um espaço para suas próprias vozes e experiências, frequentemente marginalizadas.

As mulheres negras camponesas possuem um vínculo muito forte com o trabalho, o que constitui suas identidades. Elas próprias disseram que se sentem sobrecarregadas, e as oficinas demonstraram o que Lélia Gonzalez (2020) vem sustentando há muito tempo sobre o lugar e o modo como sobrevivem essas mulheres na sociedade brasileira. A pesquisa também mostrou que o trabalho no campo, de modo geral, não é fácil, ou seja, é cansativo. Ao mesmo tempo, essa é uma opção bem amadurecida, pois elas percebem que a vida no campo é melhor, comparada à vida de mulheres empobrecidas que vivem na cidade.

Assim, seguimos com a intenção de dar continuidade a esse trabalho fortalecendo as lutas do cotidiano e, ao mesmo tempo, valorizá-las como elo emancipador e educativo nesse processo da visibilidade e dignidade de viver. Escolhemos uma

epistemologia que desse conta de dialogar conosco e a melhor para isso foi a fenomenologia de Merleau-Ponty e teorias pautadas em Paulo Freire. Ao viver experiências diversas ao longo de nossas vidas, como membro integrante dessas mulheres e ao mesmo tempo pesquisadora de nós mesmas, fomos nos reconstruindo, unindo nossos saberes, conhecimentos que nos permitiram e permitem buscar leituras e interpretações para novos conhecimentos. As raízes das árvores do cerrado nos ensinaram que não é preciso estar visível para nos manter fortes, pois debaixo da terra e com ajuda de todos os seres que lá vivem sustentam uma árvore poderosa e frutífera.

Diante de todos esses aprendizados podemos dizer que a natureza nos ensina outra educação, outras formas de ver a vida e nos faz fortes para continuar nossos caminhos com os cumbarus e tudo o que eles podem nos oferecer para nos libertar das amarras de um sistema capitalista que traz a necessidade financeira para viver.

Referências

AGUIAR, Diana; LOPES, Helena. *Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2020.

AMARAL, Graciele Sbizer; SERVILHA, Grazielle Oliveira Aragão; RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. Mapeamento da cadeia de valor do cumbaru na baixada cuiabana: ação de fortalecimento e desenvolvimento endógeno. In: *Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Piracicaba (SP) ESALQ/USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/623101/>. Acesso em: 14/12/2023

CAETANO, Edson e MONLEVADE. Ana Paula Bistaffa. Trabalho e Produção Associada em Comunidades tradicionais: experiências de existências e resistências. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 220-229, dez. 2017.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: CEPIS, 2002.

GÖTSCH, Ernst. *Homem e Natureza: cultura na Agricultura*. 2. ed. Recife: Gráfica Editora Centro Sabiá, 1997.

GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 68-115.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. *Amélia que era mulher de verdade?* Produção associada e relação de gênero em comunidades tradicionais de Cáceres MT: para além de estereótipos e preconceitos. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. 285 p.

OYÉWÚMÉ Oyéronké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 117-131.

OYÉWÚMÉ Oyéronké. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. *El tejido de la rebeldía. ¿Qué es el feminismo comunitario?* Ed. Comunidad Mujeres Creando Comunidad. La Paz: Moreno Artes Gráficas, 2014.

PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). *Bolivian Studies Journal /Revista de Estudios Bolivianos*. Bolívia, vol. 21, n.1, p. 100-115, jun. 2015

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitario In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. *Abordagens críticas às práticas teórico-políticas do feminismo latino-americano*. Buenos Aires: Na Fronteira, 2010. p.117-120

PAREDES, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do feminismo comunitário. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu-PR, v. 3, n. 1, p. 74-87, jun.2019a.

PAREDES, Julieta. Entrevistas. In: MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María Camila; SPYER, Tereza. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e



políticas do nomear. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 22-42, dez. 2019b.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 275-288.

QUARESMA Amanda Paiva; ALMEIDA Ruth Helena Cristo; OLIVEIRA Cyntia Meireles de; KATO Osvaldo Ryohei. Composição florística e faunística de quintais agroflorestais da agricultura familiar no nordeste paraense. *Revista Verde*, Pombal, v. 10, n. 5 (ESPECIAL), p. 76 - 84, dez. 2015